

L2  
1A

Fonte	ESP (Geral)
Data	17/6/2003 Pg A12
Class.	285

SOCIEDADE

# ONU indica brasileira para combater racismo

*Ativista defende adoção na prática de portaria que cria cotas para negros no funcionalismo*

JAMIL CHADE  
e MARCOS DE MOURA E SOUZA

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, apontou ontem a brasileira Edna Maria Santos Roland e outras quatro personalidades para monitorarem o cumprimento de políticas de combate ao racismo e discriminação definidas em 2001 durante a Conferência de Durban. O grupo conta com Martti Oiva Kalevi Ahtisaari, ex-presidente da Finlândia, El-Hassan bin Talal, príncipe da Jordânia, o ex-presidente da Organização da União Africana, Salim Ahmed Salim, e Hanna Suchocka, ex-primeiro-ministro da Polônia. Os quatro se reúnem no fim do ano em Genebra para definir sua linha de trabalho. A psicóloga Edna é fundadora da organização não-governamental (ONG) paulista Fala Preta!, da qual se afastou para assumir o cargo na ONU, pelo qual ficará encarregada da América Latina e do Caribe. De Brasília, ela concedeu esta entrevista ao Estado:

**Estado – Na sua opinião, como o Brasil está lidando com a desigualdade racial?**

**Edna Roland** – O presidente Lula declarou em campanha sua disposição em favor das cotas e já criou uma secretaria especial (*para promoção dos afrodescendentes*). Mas ainda há questões não respondidas como, por exemplo, as portarias do ano passado que criam cotas para afrodescendentes no serviço público federal e dão vantagens em licitações a empresas que praticam ações afirmati-

vas. São iniciativas importantes para a promoção racial e até agora não tenho notícia de que estejam sendo aplicadas.

**Estado – O preconceito aqui é mais racial ou de condição social?**

**Edna** – São coisas distintas. A condição social pode ser mudada. A origem étnica, não. Costuma-se dizer que negros são discriminados por serem pobres. Mas a pergunta é: por que eles são pobres? As desigualdades são produto da discriminação atual e da passada de geração para geração.

**Estado – Qual é a principal medida que América Latina e Caribe devem adotar?**

**Edna** – O ponto de partida é a necessidade de que todos os países reconheçam suas populações afrodescendentes. Há muitas nações que não coletam informações sobre raça e etnia

nos censos. Em alguns casos, o interesse é não dar visibilidade a essa questão ou negá-la. Segundo estimativas, há 150 milhões de afrodescendentes na região, um terço da população total. Minha

bandeira será a luta pelo reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes e dos povos indígenas, dois principais alvos de discriminação na região.

**Estado – Durban reconheceu a escravidão como crime contra a humanidade, mas não exigiu reparação financeira. A senhora é a favor da medida?**

**Edna** – Essa é uma questão a ser considerada. Já admito a possibilidade de se discutir esse assunto. Todavia, dou mais ênfase às políticas públicas que tenham um foco coletivo – como cotas e investimentos diferenciados em áreas habitadas prioritariamente por afrodescendentes.

'JÁ ADMITO  
DISCUTIR  
QUESTÃO DA  
REPARAÇÃO'